

Dívida externa: tudo pronto para o acordo.

JOEL SANTOS GUIMARÃES
E MILTON F. DA ROCHA FILHO

O presidente do Conselho Administrativo do Banco de Tokyo, Toshiro Kobayashi, revelou ao **Jornal da Tarde** que o acordo entre os bancos credores e o Brasil para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa deve ser assinado hoje de manhã, em Nova York, pelo embaixador Jório Dauster e os representantes das 22 instituições financeiras do comitê assessor de bancos. Segundo Kobayashi, as negociações estão chegando a bom termo porque as quatro instituições que ainda resistiam às recomendações do comitê de bancos para fechar o acordo com o Brasil reviram suas posições. Conforme Kobayashi, esses bancos aceitaram os termos em que o Brasil irá pagar os US\$ 8 bilhões correspondentes aos juros atrasados. Em Nova York, Jório Dauster aguardava, no início da noite de ontem, um chamado dos bancos para a assinatura do acordo.

Uma fonte do Ministério da Economia contou que a principal dificuldade para o fechamento do acordo — a questão da taxa de juros dos bônus que irão substituir os juros atrasados — estava praticamente superada. Mais cauteloso, um assessor de Dauster disse, em Nova York, que as negociações estão em fase final, embora faltem às partes concordância em relação a alguns detalhes. Segundo ele, ainda existem pequenas diferenças entre a proposta brasileira com a dos credores.

Já está definido, porém, que, assinado o acordo, o Brasil iniciará o pagamento de US\$ 2 bilhões correspondentes aos 25% dos juros atrasados da seguinte maneira: o País desembolsa de imediato US\$ 900 milhões e o restante será pago em nove parcelas iguais. Quanto aos 75% dos atrasados, se não houver modificações de última hora, o pagamento será feito através de bônus, que só serão emitidos aos bancos quando as partes assinarem um protocolo sobre a renegociação da dívida de médio e longo prazo. Isso irá vincular os atrasados ao estoque da dívida de US\$ 52 bilhões, que o País tem apenas com os bancos privados.

Justamente na remuneração dos bônus é que ainda persistia, no início da noite de ontem, uma das diferenças entre os bancos e os negociadores brasileiros. Os credores desejam que a remuneração tenha como base a Libor (taxa de juros praticada no mercado inglês) flutuante. O embaixador Dauster, por sua vez, insistia que essa remuneração tenha taxas fixas por um período de três anos ou taxas variáveis até um teto máximo, previamente definido.

Um assessor de Dauster justificou a posição brasileira alegando que, se aceitasse juros flutuantes, o Brasil estaria, a médio prazo, trabalhando contra si mesmo, pois isso acabaria contribuindo para aumentar os juros internacionais, o que representaria o aumento da própria dívida externa brasileira.

Zélia fecha
contrato
em Paris e
ensaia
o reatamento
com a
comunidade
bancária. Mas a
cara amarrada
denuncia a
tensão que
cerca a próxima
escala, a
reunião do BID
no Japão.

